

PADRÕES DE INTERAÇÃO E DE PODER NA ECONOMIA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM DE GÊNERO NA DINÂMICA DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Ana Louise de Carvalho Fiúza
Neide Maria de Almeida Pinto

1 Introdução

Padrões de interação dizem respeito à forma como se manifesta a racionalidade da ação prática do grupo em termos de padrão, de uniformidade e reprodutibilidade ao longo do tempo. Na lógica de estruturação da agricultura familiar, o padrão de articulação dos papéis dos membros da família dentro da economia do grupo doméstico se articula seguindo orientações normativas de caráter assimétrico, tanto em termos de gênero, como de geração. Este artigo traz à tona estes padrões de interação e poder na agricultura familiar impactados por processos de modernização advindos de projetos de desenvolvimento.

Interessa-nos, fundamentalmente, neste artigo, ressaltar a forma como os costumes locais conformam a ação das pessoas, modelando a sua forma de interpretar e interagir com as propostas trazidas pelas instituições mediadoras do ideal da sustentabilidade ambiental. Tal como afirma Thompson (1998), é importante perceber que os costumes realizam algo, visto que são um importante referencial para a conduta, a ação e o julgamento das pessoas. Na verdade, eles estão arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho. Eles preservam a possibilidade da ação coletiva necessária à reprodução das unidades produtivas, em particular, e da “comunidade”, como um todo.

Aliás, entender a forma como se estabelece a ação coletiva em contextos marcados pelos desafios de sobrevivência face à seca sazonal e onde a lógica capitalista, competitiva e individualista não se sobrepõe indelevelmente às relações sociais, torna esta realidade ainda mais interessante, por seu caráter tão peculiar dentro da sociedade moderna. Quer dizer, ao mesmo tempo em que esta é uma realidade que não está à margem do capitalismo, mantém valores sociais diferenciados frente a ele. Apresentamos, assim, neste trabalho, uma perspectiva sobre os padrões de interação e poder construídos em uma comunidade rural situada no norte de Minas, dentro deste contexto de adaptação aos impulsos da racionalidade capitalista-moderna.

1.1 Apresentando o cenário da pesquisa

Nossa pesquisa foi realizada em Colina¹, município do norte de Minas Gerais, em uma região de caatinga, que vivencia, sazonalmente, a seca. Na região, duas estações são bem definidas e antagônicas: a estação da seca e das águas. Essas duas estações são também definidas pela população como “a época que não tem trabalho na roça” – período da entressafra, de abril a setembro - e “a época que tem trabalho na roça”- período do plantio/colheita, de outubro a março. Esta sazonalidade marcada pela precipitação pluviométrica transforma de forma regular, mas radicalmente, a paisagem da caatinga. O ritmo acelerado de transformações da natureza delimita contrastes, também, no que diz respeito à forma como se estabelecem os laços sociais e as relações de trabalho nas famílias em cada uma das estações.

No período das águas, o individualismo da família camponesa face à comunidade se contrasta com as relações sociais que preponderam no período da seca. Nesta estação, a relação com o mercado diminui em volume e em frequência, ressaltando-se na fala dos pequenos produtores rurais, a consideração desta época como sendo de maior integração e solidariedade entre as pessoas, se comparada com o período das águas, quando o trabalho agrícola e a comercialização de produtos se intensifica.

Na década de 1980, Colina viveu a fase de opulência do algodão, época em que ficou conhecida como a “capital do ouro branco”. Entretanto, após a praga do bicudo no início da década de 1990, a lavoura do algodão passa a dar grande prejuízo e o dinheiro que dela advinha, torna-se escasso entre os pequenos produtores, diminuindo drasticamente a possibilidade de satisfazer as necessidades básicas da família. Os pequenos produtores adotaram, então, como alternativa a essa drástica diminuição no acesso ao dinheiro, o retraimento face ao mercado de insumos e de créditos, evitando contrair dívidas com os bancos e buscando uma maior autonomia interna, propiciada pela diversificação de culturas.

Contudo, a opção pela diversidade de cultivos e a adoção de novas experiências buscando ampliar as fontes de renda da família, não puderam ser seguidas em toda a sua extensão por aqueles pequenos agricultores com menos de 5 ha, pelo fato de eles não possuírem espaço físico para esta pluralidade de combinações, as quais visam uma geração de renda constante, ainda que pequena. Para estes, a diversificação que se podia fazer em suas terras não foi suficiente para assegurar a subsistência e eles tiveram, então, que além de adotá-

¹ Colina é um nome fictício atribuído a uma das localidades rurais do norte de Minas Gerais, onde concentramos nossas observações de campo.

la como parte das suas estratégias de subsistência, buscar suprir a carência deixada pela renda anteriormente gerada pelo algodão, migrando sazonalmente para o sul.

Nesse contexto, a migração sazonal dos homens para o “Sul” não se constitui em um fenômeno novo na região. No entanto, após a derrocada do algodão, no início dos anos 90, este fenômeno de periodicidade constante se acentua, visto que, para muitas famílias, o dinheiro da colheita do café no sul de Minas, do corte de cana ou da braquearea em São Paulo passa a ter um caráter estruturante para a reprodução das suas condições materiais de existência.

O primeiro grupo de mulheres a ser descrito é o de mulheres que se encontram em famílias onde não há a migração sazonal do homem. Já o segundo grupo é o relativo às mulheres que ficaram conhecidas como “viúvas da seca”, viúvas de marido vivo, caracterizando aquelas mulheres pertencentes a uma família onde há o deslocamento sazonal do homem, de abril a setembro, no período posterior às águas. Cabe-nos, apropriadamente aqui, reproduzir algumas das indagações levantadas por Karina Bidaseka, ao também estudar as migrações temporárias no agro-tucumano argentino:

“Como se redistribuem os lugares previstos para a mulher quando o homem migra? A mulher chega a visualizar outro tipo de relação genérica? A introdução de margens de autonomia implicam o aparecimento de “espaços para a mudança”? Nos momentos de ausência do homem, os novos papéis assumidos pelas mulheres poderiam contribuir para uma mudança na sedimentação de pautas democratizadoras para as filhas mulheres? A distância do homem vem reforçar a aceitação e reprodução por parte das mulheres rurais de seu lugar e papel tradicional?” (Bidaseka , 2000, p. 8)

O estudo buscou focar as estratégias de reprodução social das famílias em função da migração temporária do homem, bem como a forma como foram interpretadas e interiorizadas as mudanças em torno do papel desempenhado por homens e mulheres. Ainda buscou-se compreender as conseqüências destas transformações para as relações de gênero na família e na comunidade. Interessou-nos, também destacar o perfil de ambas as mulheres e suas respectivas realidades familiares, para melhor compreender de que forma as políticas de desenvolvimento rural sustentável impactam sobre os padrões de interação e de poder na economia familiar.

2. O Papel da Mulher Dentro das Estratégias de Reprodução Social de Famílias de Migrantes e Não Migrantes.

A passagem das águas para a seca e vice-versa não traz apenas mudanças na vegetação, mas, principalmente, a transição entre as estações também evidencia a construção de vínculos diferenciados de sociabilidade e cooperação entre as pessoas. No período da seca, um número expressivo de mulheres, na zona rural, tem que assumir as responsabilidades da propriedade sem contar com o marido, migrante. Tão logo termina o período das águas, em março, os homens saem, voltando cerca de três, quatro ou até seis meses depois, com as chuvas de setembro/outubro.

A regularidade entre a estação da seca e das águas, nesta região do norte mineiro, favorece a volta dos homens para o plantio e a colheita no período das águas, fazendo desse vaivém temporal, na busca de trabalho no Sul, um marco estrutural das condições de reprodução das unidades produtivas e um fator estruturante de novas relações produtivas locais, geralmente criadas pelas mulheres, as viúvas da seca. Mais do que a mudança de paisagem, a seca sazonal provoca alterações no ritmo de vida, principalmente, das mulheres e crianças, que permanecem por todo o ano na região. Na ausência dos homens, elas cuidam da horta e, muitas vezes, do final da colheita do milho e do feijão, plantado nas águas. Em termos gerais, não há muito o que elas possam comercializar, o mais comum é a venda de frango, ovos e alguma verdura ou legume da horta. Contudo, mesmo com a dificuldade de gerar excedentes para a comercialização, chama a atenção nas duas feiras de sábado, em Colina, a presença das mulheres, não apenas de viúvas da seca², comercializando produtos derivados do seu trabalho: requeijão, queijo, biscoito, pão, doces, produtos advindos da mandioca como, goma, farinha, além de ovos, frangos, verduras, frutas, roupas, bordados, etc. A presença das mulheres é, entretanto, totalmente inexpressiva na venda de carne, setor de dominação absoluta dos homens. As raras mulheres existentes no comércio da carne ocupam as ruelas transversais à rua principal da feira, ficando bem escondidas.

No que diz respeito ao gado, é interessante notar que as atividades ligadas a ele são concebidas como masculinas, apesar de, na prática, as mulheres, também, as realizarem, de forma até constante em virtude da migração sazonal do homem³. Tal ocultamento pode ser

² Como ficará mais claro adiante, a maior parte dos produtos que agregam algum valor, comercializados por mulheres, não advém do trabalho das viúvas da seca, que não contam com as condições necessárias para isso. A grande parte das viúvas da seca levam frango e ovos para serem vendidos.

³ A justificativa dada para essas atividades serem da alçada dos homens é sua “brutalidade”, mas depoimentos de mulheres muito franzinas, que afirmam já terem feito todas as atividades descritas como masculina, contestam

explicado pelo fato de ser do gado que provém a maior geração de renda-concentrada, embora sejam as atividades desenvolvidas pelas mulheres, plantando, processando alimentos ou mesmo vendendo “miudezas” na feira, as que proporcionam a possibilidade mais imediata de obter dinheiro para a feira, o que é fundamental para a manutenção da família⁴. No entanto, estas atividades não são percebidas como tendo esta importância. Um fato que ajuda a entender a designação de “dinheiro pequeno” e “miudeza”, atribuída ao dinheiro obtido em decorrência do trabalho da mulher, é o seu emprego em coisas consumidas quase que de imediato, como na feira ou na satisfação de outras necessidades imediatas.

Já o dinheiro relacionado simbolicamente ao trabalho do homem, ao contrário do que acontece com o que é vinculado ao trabalho da mulher⁵, se materializa em algo visível e considerado como não supérfluo, como a compra de gado ou mesmo alguma melhoria de infra-estrutura para a casa, como luz, água encanada, reforma do banheiro, etc., visto que este dinheiro entra em uma quantia concentrada, devido à venda da colheita de milho, feijão, algodão, ou mesmo de alguns garrotes ou boi. O aspecto ideológico da denominação de “dinheiro pequeno” atribuído ao dinheiro decorrente da venda de itens produzidos e/ou comercializados pela mulher reside no fato de que comparado ao dinheiro da venda quase que anual da colheita e de algum boi pelo homem, no cômputo geral da renda da família, é o “dinheiro pequeno” das “miudezas” produzidas pela mulher ou ganho por ela exercendo a profissão de professora, servente ou doméstica que assegura a possibilidade de reprodução social da família na própria região. O quadro que se segue ilustra esta situação.

essa explicação. Isto demonstra que a construção social da divisão sexual do trabalho encobre a execução, por parte das mulheres, das tarefas de maior prestígio social

⁴ Para Belshaw (1968), a compreensão das relações econômicas deve ser buscada fora do mercado, nas obrigações e deveres dos membros do grupo entre si, e na interação das fronteiras dos grupos. O intercâmbio como uma forma básica de interação pode definir a composição dos membros do grupo, as relações entre eles, e a interação através da fronteira. Em relação ao mercado, o autor destaca alguns aspectos interessantes. Segundo Belshaw, o mercado não surge para permitir que as pessoas empreguem seus excedentes. Ele surge como uma função da divisão de trabalho, de modo que os que se concentram num tipo de produção possam obter os produtos dos outros. A divisão do trabalho tem consequências de intercâmbio econômico, mas, de fato um fenômeno social. Segundo ele, também a diferenciação de classe não é apenas uma questão de riqueza ou de ponto de vista cultural, mas implica também uma tal especialização do trabalho, com o camponês podendo assumir o papel de pequeno proprietário rural, produtor, vendedor, comerciante, comerciante mais especializado, etc. Ver C. S. Belshaw, *Troca Tradicional e Mercado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

⁵ A utilização da expressão “dinheiro vinculado simbolicamente à mulher” tem a intenção de mostrar que ela não precisa necessariamente ser a responsável por vender um produto, mas, sim, que ele é socialmente representado como associado a ela, em virtude de ter sido produzido por ela, como acontece com o queijo, requeijão, manteiga, biju, que, muitas vezes, são vendidos pelos homens, nas feiras semanais, mas em virtude de serem colocados em oposição ao montante de dinheiro conseguido em atividades consideradas masculinas, como a venda da colheita e do gado, mantém-se vinculado simbolicamente ao universo feminino, ainda que sob a dominância e controle do homem.

Quadro 1 - Formas de obtenção de renda fixa e não-fixa exercidas por homens e mulheres de famílias de migrantes e não-migrantes.

ATIVIDADE	NÃO-MIGRANTE		MIGRANTE	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
Recebimento de salário, pensão e aposentadoria	5 (7%)	16 (22%)	–	3 (4%)
Prestação de serviços (costureira, pedreiro, carpinteiro, diarista agrícola)	4 (5%)	1 (1%)	7 (9,5%)	2 (2,7%)
Venda fixa de produtos: leite, biju, pamonha, bar.	5 (12%)	2 (2,5%)	3 (4 %)	
Venda esporádica de produtos sem valor agregado: (frango e ovos)	–	12 (16%)		6 (8%)
Venda esporádica de produtos com valor agregado: (queijo, requeijão, licor, fumo, etc.)	1 (1%)	5 (7%)	1 (1,3%)	
Total Parcial	51 (70 %)		22 (30 %)	
TOTAL GERAL	73 (100%)			

Fonte: Pesquisa de campo, Colina, 1999.

Um primeiro aspecto importante que nos chama a atenção no quadro acima diz respeito à influência do fator “renda fixa” como diferencial entre famílias de migrantes e não-migrantes. Neste sentido, o envolvimento da mulher em atividades que geram uma remuneração constante, seja por assalariamento, seja pela produção caseira de biju e pamonha, ou ainda, pelo recebimento de pensão ou aposentadoria, é decisiva para evitar a migração sazonal do homem. No que diz respeito à aposentadoria, o maior percentual de mulheres aposentadas deve-se à aposentadoria mais cedo das mulheres em relação aos homens e a sua maior sobrevivência em relação aos mesmos, nesta região. O recebimento de aposentadoria contribui, também, para a configuração de arranjos familiares do tipo “nuclear com parente agregado provedor”, nos quais há o predomínio expressivo da mulher, mãe e tia, geralmente, como sendo este membro provedor agregado à família nuclear. A predominância feminina neste tipo de arranjo familiar pode se dever a um fator de ordem “biológica”, ou seja, as mulheres viverem mais tempo do que os homens nesta região e, portanto, terem maior possibilidade de convivência com os filho(a)s, quando estes se casam. Mas, talvez, o fator mais determinante desta configuração familiar com parentes provedores seja o fato de o dinheiro advindo da mulher ser socialmente considerado como ajuda. Assim, apesar de a mulher se constituir num provedor em potencial para a subsistência da família, do filho ou genro, esta condição acaba sendo fortemente atenuada, pelo caráter de ajuda que a remuneração da mulher apresenta socialmente.

Dentro da ideologia conformadora dos papéis desempenhados por homens e mulheres na família, sua contribuição não se caracterizaria como sobreposição a um outro chefe de família na casa, conservando, desta forma, a condição do homem como aquele que deve

exercer esta função. Já no caso de a posição de membro provedor agregado à família nuclear ser ocupada pelo homem, mesmo que a idade mais avançada debilite seu status social face ao adulto mais jovem, ainda assim, ele é reconhecido socialmente como o chefe de família. Assim, o status do homem mais jovem, que não possui uma remuneração fixa ficaria abalado perante a família e a comunidade.

No que diz respeito às formas de assalariamento, a mulher se destaca em relação ao homem, visto que 26% delas têm algum tipo de remuneração fixa, como professora, servente de escola, empregada doméstica e assalariada em laticínio, enquanto apenas 7% dos homens entrevistados nas 41 famílias de Colina recebem uma renda fixa. Da mesma forma, nas atividades nas quais a remuneração não gera uma renda fixa, tais como, serviços de pedreiro, marceneiro, diarista em roça, costureira, bem como na venda de requeijão, ovos, galinha, etc., o percentual das mulheres que a propiciam mostra-se mais expressivo em relação ao dos homens: 35% das mulheres estão envolvidas com este tipo de atividade, enquanto entre eles este percentual cai para a metade, cerca de 17%.

É visível na forma pela qual se estrutura a participação da família na feira, como a presença da mulher se dá de forma secundária e relativa, tanto no que diz respeito à sua frequência, quanto em relação ao produto que ela irá comercializar, como, ainda, em relação à definição de qual das duas feiras ela irá frequentar. A sua frequência à feira se dá prioritariamente em virtude da impossibilidade de o homem nela estar presente e em virtude da quantidade de produtos que se tem para comercializar. Havendo a possibilidade de levar vários produtos para se comercializar, a sua presença é necessária, ficando a seu cargo o produto de menor valor para ser vendido. Mesmo em se tratando da venda de produtos de confecção caseira, como biju, pamonha, requeijão e queijo, para os quais o seu trabalho é fundamental, e de ser em virtude dele que há a ampliação de seu lucro com a agregação de valor, geralmente, é o homem quem fica responsável por sua comercialização, a não ser que haja um produto mais rentável que fique a seu cargo, como a carne, por exemplo. Quanto ao local para a comercialização de suas miudezas, verduras, ovos, galinha etc., a mulher as comercializa nas zonas mais externas da feira, às margens. Ao contrário, cabe aos produtos comercializados pelo homem os pontos mais centrais.

Estas duas diferentes formas de localização espacial na feira reproduzem a organização social vivenciada na família e na comunidade, determinada com base no papel destinado a homens e mulheres. A parte mais central da feira é ocupada pelo homem, tradicionalmente mais vinculado ao mundo do comércio, enquanto nos seus limites estão as mulheres, culturalmente afastadas do mundo dos negócios. Percebe-se, assim, que o homem

se posiciona de forma a estar caracterizado na sua inserção nuclear dentro da feira, a definição de uma identidade que se construiu na habilidade da troca; já a mulher revela na sua localização mais externa, a construção de uma identidade que não se define face ao mercado, mas marginal às relações de troca mercantil. Além deste posicionamento limítrofe na feira, a mulher se posiciona periféricamente também entre elas. São realizadas duas feiras aos Sábados em Colina, estando a mulher em maior porcentagem na feira que goza de menor prestígio social na cidade. Enquanto o marido vende os produtos mais valorizados na feira de maior circulação de dinheiro, ela vende os de menor valor na outra, onde também é menor o dinheiro circulante⁶.

É interessante se perceber nessa relação de complementariedade e hierarquia existente entre homem e mulher no processo de produção e comercialização dos produtos na feira, algo que Marcos Lanna (1998) chama a atenção nas considerações que faz sobre a análise de Firth acerca dos Tikopia da Polinésia. Segundo Lanna, Firth percebe que, para um termo da hierarquia englobar outro, ele deve também ser englobado em um momento ou “nível” hierarquicamente inferior da relação. Na interpretação de Firth (1936), não se trata apenas de inversão nas relações de englobamento; trata-se, também, de reciprocidade. Esta situação fica bem caracterizada na zona rural de Colina, quando se observa a relação mulher/produtora x homem/comerciante. Embora o universo público do mundo do comércio se imponha ao universo privado da casa, no qual o queijo, requeijão e outros produtos são confeccionados pela mulher, o homem depende do trabalho realizado por ela para sustentar o seu papel e a sua posição de provedor da família. Aliás, esta situação de inversão e reciprocidade nas relações de englobamento hierárquico tendem a se acentuar na zona rural de Colina, após o término do ciclo do algodão, quando as miudezas produzidas pela mulher e comercializadas semanalmente nas feiras da cidade pelo homem passam a se constituir na principal fonte de renda das famílias de não-migrantes.

Podemos, ainda lembrar, como parte dessa inversão e reciprocidade presentes na lógica hierárquica, o que Bourdieu (1995) retrata em seu estudo sobre “A casa ou o mundo às avessas.” Segundo Bourdieu (1995), as mesmas oposições hierárquicas e complementares existentes entre a casa e seu conjunto estão presentes na organização simbólica do resto do universo. Portanto, segundo ele, pode-se considerar como verdadeiro e falso dizer que o mundo exterior se opõe à casa como o masculino ao feminino, o dia à noite, o fogo à água, já que o segundo termo dessas oposições divide-se, por sua vez, em si mesmo e na sua oposição.

⁶ Esta observação foi feita levando em consideração o fluxo de pessoas na feira, a diversidade de mercadorias e o valor das mesmas, em ambas as feiras.

Isto aponta justamente para a lógica de organização de um mundo social que é hierarquizado, a partir de relações complementares e recíprocas, tanto no espaço privado como no público, com a mulher sendo englobada e englobante nas relações que estabelece com o homem.

No que diz respeito, portanto, ao papel da mulher “agricultora” nas estratégias de reprodução social entre os pequenos produtores, migrantes e não-migrantes, ela se mantém como uma peça fundamental dentro das estratégias reprodutivas da família. Esta situação, como se mostrou anteriormente, pode ser observada com clareza nas feiras semanais locais, onde predominam os produtos confeccionados por pequenas agricultoras mais do que por esposas de “negociantes”⁷.

Entre as pequenas agricultoras de famílias onde há migrantes, ainda que a frequência que a mulher mantém à feira não se dê de forma regular, mas, sim, esporadicamente, comercializando algum produto sem valor agregado, sua participação nas atividades “reprodutivas” dentro do sítio, diversificando o cultivo de hortaliças, legumes, frutas e cuidando do gado e dos pequenos animais, é fundamental para a reprodução social da família, tal como acontece entre as pequenas agricultoras de famílias sem migrantes.

Embora seja fundamental para a reprodução social destas famílias de migrantes o “trabalho” agrícola diversificado desenvolvido pelas mulheres foram elas as mais duramente afetadas pela crise do algodão. Isso se deu não apenas do ponto de vista econômico e material, mas, principalmente, em relação ao seu status social, o que se reflete no estigma que carregam de “viúvas da seca”. A acentuação da diferenciação social descendente advinda da crise do algodão sobre elas se sedimenta, em virtude de serem elas representantes do segmento da população local que mais se voltou para as atividades socialmente concebidas como reprodutivas, perdendo espaço no setor considerado produtivo. Atividades essas que elas ocupavam na condição de diaristas, na época de auge do algodão.

Nas famílias onde não há migrante conseguiu-se, no geral, após a crise do algodão, o preenchimento desta lacuna econômica se exercendo algum tipo de atividade geradora de renda fixa para a família, com a mulher ocupando o espaço de principal “artesã” dos bens produzidos no âmbito doméstico. Já nas famílias de migrante ela perdeu a condição de trabalhadora assalariada durante a colheita, enquanto o homem conseguiu suprir com a migração sazonal para o sul esta condição perdida localmente. Portanto, a designação social a ela atribuída como “viúva da seca”, mais do que vinculada a uma situação de ausência temporal do homem, configura uma situação em que é ela que vivencia e simboliza a perda de

⁷ A posição de “negociante” é ocupada com exclusividade, na zona rural de Colina, pelo homem: marido ou filho.

status de seu grupo social de referência. Perda de status esta, caracterizada pela desconfiguração da família frente ao padrão socialmente vigente de família nuclear. Esta pequena agricultora, mulher de migrante, fica estigmatizada, inclusive, pelo fato de se tornar visível nela a perda de uma condição muito valorizada socialmente durante o ciclo do algodão: a de ser produtiva, a de gerar renda.

A questão da geração de renda constitui-se, inclusive, em um importante fator a ser considerado dentro das estratégias presentes nos projetos de desenvolvimento rural sustentável. Esses, no entanto, especialmente após a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, tenderam a desacentuar a preocupação com a produtividade e com a difusão de tecnologias que fossem capazes de melhorá-la, passando a manifestar maior interesse pela problemática ambiental. Neste sentido, a atenção tem se voltado para o papel da mulher enquanto guardiã da biodiversidade e na conservação dos recursos genéticos ameaçados de extinção, pelas monoculturas e sementes híbridas, ações que se colocam como um meio de assegurar a auto-subsistência da família e melhoria da qualidade de vida, em virtude de propiciar uma alimentação livre de agrotóxicos e variada em nutrientes.

Sem dúvida, reconhecer este fato é fundamental para que a mulher ganhe mais visibilidade face a esses projetos de desenvolvimento rural. Contudo, a preocupação ambientalista não pode desconsiderar que é a ampliação das oportunidades de geração de renda que assegura a fixação dos pequenos agricultores na própria região, evitando a migração sazonal. Mas, mais do que assegurar o investimento em estratégias que visem à geração de renda, os projetos de desenvolvimento rural sustentável necessitam romper com a reprodução dos padrões tradicionais de relação de gênero, dentro das suas próprias concepções de desenvolvimento e difusão de tecnologia, visto que ao reproduzirem tais modelos culturais, eles deixam de perceber que são as mulheres que têm ampliado a geração de renda da família, através do comércio das miúdezas, devendo, portanto, serem incluídas dentro dos objetivos desenvolvidos por tais projetos.

Um fator importante a se perceber nas famílias em que predomina a lógica do “negócio” e nas quais há um afastamento das mulheres das atividades socialmente classificadas como produtivas é que este distanciamento não implica, contudo, em restrição à sua inserção no mundo público. Isso se constitui mesmo no que diz respeito à sua participação em eventos mais diretamente ligados às questões produtivas, promovidos por instituições difusoras de tecnologia, sindicato, etc. Neste sentido, um fator que se mostrou decisivo para a participação da mulher em atividades extra-domésticas, ligadas ao sindicato e outras instituições sociais, foi o fato de ela já ter um engajamento nas atividades religiosas em sua

comunidade. Todas as mulheres que atuam mais diretamente na esfera pública trazem em sua história de vida o relato de participação em alguma pastoral da Igreja, nas CEBs ou grupos de jovem. Isto explica, também, a prevalência dos valores ligados ao modelo católico de família cristã na definição de sua identidade. Sua atitude participativa e engajada não se constrói dentro de um modelo vinculado aos referenciais modernos do indivíduo, mas face aos interesses da família. É esta ideologia inclusiva da mulher nos princípios de reprodução da família, da casa e da comunidade que a impulsiona a buscar transformações para suas condições de vida, ao lado daqueles que compartilham da mesma realidade material e social que ela. É esta mesma ideologia que privilegia, sobretudo, a manutenção da casa e a indivisibilidade da terra, sobrepondo-se aos direitos individuais modernos, que vai prevalecer frente aos arranjos de transmissão da terra. Tal como Jesus Contreras (1991) mostrou ao estudar os camponeses da região de Castellano-Leonesa e da Andalucia Occidental, na Argentina, também não há entre as famílias desta região do Vale do São Francisco um sistema ideal de herança, nem mesmo uma determinada estrutura de família considerada como ideal, nuclear, extensa ou troncal. Há, antes de tudo, a construção de arranjos familiares que se tecem, hierarquicamente, mas sempre buscando se adaptar face às configurações internas da família, relativas ao número de filhos, sexo dos mesmos, fase etária do ciclo familiar e, também, face a fatores externos, tais como: os determinantes econômicos, ecológicos, tecnológicos, demográficos etc.

Um outro aspecto a ser destacado dentro das estratégias adotadas pela família, visando à reprodução social da unidade produtiva, diz respeito ao investimento em formas de obtenção de renda fixa advindas do trabalho realizado pela mulher fora da esfera privada. Entre as atividades remuneradas desenvolvidas fora da unidade produtiva, bem como para além da própria comunidade, destacam-se o trabalho como empregada doméstica na cidade e como servente e professora nas escolas rurais. Em todos esses trabalhos, é comum haver a necessidade de deslocamento da mulher, em geral ainda solteira, da sua localidade de origem para a sede do município ou para as localidades próximas. Este afastamento dentro de um raio geográfico próximo favorece a regularidade de retorno das moças para a casa dos pais. Este pode variar, sendo semanal, quinzenal ou mensal, mas o que importa destacar é que a manutenção deste retorno contínuo da moça para a casa dos pais representa, também, o não rompimento das relações de dependência, principalmente moral, da filha em relação ao pai. Nesta condição de moça solteira e de “boa família”, sua autonomia é cerceada, sendo seu salário inclusive percebido como parte das atribuições de gerenciamento dos pais, cabendo a ela contribuir para as despesas da casa. Isto reforça o argumento de que a renda da mulher é

apropriada coletivamente. Diferentemente do que acontece com o rapaz, este tem muito maior autonomia para fazer investimentos próprios, geralmente comprando animais, pequenos pedaços de terra ou entrando de meia em plantios com amigos, parentes e vizinhos, o que mostra uma racionalidade visando um investimento em termos de sua autonomia futura, visto que o rapaz se prepara para ser “chefe de família” e, portanto, seu mantenedor, enquanto a moça se mantém dentro de uma lógica de complementaridade e interdependência com a família.

Para a maior parte das moças que vão se empregar na cidade como domésticas, esta oportunidade é vista como uma possibilidade de conciliar o recebimento de uma remuneração, quase sempre menor que o salário mínimo, com a oportunidade de dar continuidade aos estudos. Isto acontece justamente porque a formação escolar para as moças representará importante investimento no sentido de garantir uma fonte de remuneração para as famílias na zona rural. Isto pode, inclusive, ser visualizado no menor tempo de participação das moças nas atividades da roça, em relação aos rapazes. Isso, ainda que consideremos que a contribuição delas para tais serviços não seja dispensável, como também não o é a contribuição da mulher casada que já trabalha em escola, como servente ou professora que, ao retornar de seu emprego, geralmente de meio expediente, vai para a roça.

Uma outra observação a ser feita em relação às ocupações domésticas de caráter artesanal, geradoras de renda, desenvolvidas pela mulher, tais como, a fabricação de biju, pamonha e requeijão⁸ é que elas não resultam, na grande maioria dos casos, em apropriação do dinheiro apurado na venda dos produtos. A categorização nativa estabelecida para este dinheiro como “miúdeza” e “dinheiro pequeno” parece estar relacionada à destinação que lhe é atribuída, em face do seu montante não muito expressivo e seu caráter complementar de comprar apenas o que está faltando e não de suprir toda a necessidade da família. Sua aplicação está quase sempre voltada para esses objetivos mais imediatos, considerados supérfluos pelo homem, como o atendimento às necessidades de roupas para os filhos ou mesmo a compra de móveis, eletrodomésticos e utensílios domésticos para a casa, o que, geralmente, só pode ser feito através de crediário. Portanto, esse dito “dinheiro pequeno”, obtido através do trabalho doméstico e artesanal da mulher, além de, na grande maioria dos casos, não ser apropriado por ela, acaba, mesmo quando em suas mãos, recebendo uma

⁸ A produção de biju e pamonha pode envolver no processo produtivo toda a família, inclusive, o homem. Nos casos onde esta produção envolvia toda ou grande parte da força de trabalho familiar, tais empreendimentos tinham o caráter de fonte de renda principal da família, mantendo-se em funcionamento durante todo o ano. Mesmo apresentando esta estrutura de fabriqueta, o dinheiro apurado com as vendas semanais, se encontra, também, sob a rubrica de “dinheiro pequeno”.

destinação pautada por uma lógica de aplicação coletiva. Sobressai, nas ações dela, o caráter prioritariamente coletivo do rendimento, vinculado e identificado com a família e a casa. É a interiorização desta lógica de caráter coletivo que a leva a ampliar seus espaços de ação para além do doméstico. Assim, não é por almejar os ideais da modernidade como a igualdade e a liberdade, nem mesmo por buscar maior autonomia de ação para ela própria, mas por se colocar na condição de mãe, esposa e dona de casa, que a mulher de Colina vai ocupando, de forma cada vez mais expressiva, os espaços nas feiras semanais de Quarta e de Sábado. São as necessidades enfrentadas na tentativa de garantir a reprodução social da família e da unidade produtiva que fazem com que, dentro do que ela concebe como sendo seu papel de mãe, esposa e dona de casa, ela busque novas alternativas de renda, empregando-se nas escolas rurais, laticínios e indo, de forma cada vez mais freqüente, para as feiras. Ter o seu dinheiro significa, sim, poder concretizar objetivos e suprir necessidades que estão em uma ordem de prioridade muito diferente daquela pensada pelo homem.

Desta forma, mesmo que construindo uma identidade marcada por uma aparente subalternidade nas relações sociais estabelecidas na família e na sociedade, ela tira partido daquilo que lhe é considerado próprio e peculiar e, ainda que dentro de papéis tradicionais⁹, reelabora limites, sem que reivindique ou conteste a ocupação de determinados lugares preferencialmente pelos homens. É, sim, em virtude de procurar responder aos condicionamentos econômicos e culturais que se impõem à lógica familiar que, nas feiras de Quarta e de Sábado, sua presença e seus produtos estão por todos os lugares. Essa possibilidade de vender suas “miudezas” na feira ou para fregueses já certos, propicia à mulher uma maior possibilidade de ingerência no orçamento doméstico, na medida em que, tendo dinheiro na mão, ela pode decidir sobre sua aplicabilidade, num grau de maior autonomia, ao contrário do que ocorre quando não participa da esfera do mercado e apenas relaciona para o marido os itens que faltam em casa e devem ser comprados na feira.

Quer dizer, sem romper de forma drástica com os padrões sociais, os quais ainda apresentam a presença de valores tradicionais como referencial para a construção e delimitação de papéis e espaços, essas mulheres os vão ocupando, silenciosamente. Na maior parte dos casos, elas nem mesmo desejam ou aspiram mudar o lugar que ocupam socialmente. Mesmo quando são elas que sustentam a casa, sentem-se confortáveis com a imagem do

⁹ Maria Lúcia de Barros, “Testemunhas de vida” in: *Perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro, 1981. A autora ressalta que mesmo reforçando papéis tradicionais para a mulher, como o de mãe e esposa devotada ao lar, ao marido e filhos, a Igreja amplia os espaços de inserção social da mulher, de forma que suas experiências individuais e coletivas extrapolem as raízes domésticas.

homem como chefe da família. O que importa perceber neste contexto, portanto, é que a luta pelo sustento da família, vai fazendo com que elas extrapolem o limite da domesticidade, inserindo-se mais intimamente no mundo da cidade. Mas o fato de os valores do individualismo moderno não serem prementes para ela, não significa que essa mulher da zona rural do Vale São Francisco não esteja sujeita às influências dessa sociedade moderna, que apresenta modelos de comportamento mais igualitários e exclusivistas que inclusivistas. No dia-a-dia das suas ações e relações concretas, na família e na sociedade, ela não age como se estivesse emoldurada num quadro do século passado, que a aprisiona dentro de um modelo de comportamento totalmente tradicional. A vontade que ela manifesta nas associações de mulheres, de se informar sobre seus direitos trabalhistas, de buscar formas de gerar renda coletiva e individualmente, e mesmo o fato de buscar participar em encontros promovidos pelas instituições que atuam no meio rural, como a Igreja, EMATER, STR/CAA, mostra que essa mulher não está à margem das transformações do mundo “moderno”. Contudo, a lógica que a guia e insere neste contexto dos valores e necessidades impressas pela dinâmica capitalista é a da família, e não do indivíduo. Portanto, ela não tem buscado ampliar seu espaço nas feiras e no mercado de trabalho na zona rural, porque isso faça parte da sua busca por afirmação social, mas porque as novas necessidades criadas pela racionalidade capitalista impõem novas estratégias de articulação da unidade produtiva em termos de se reestruturar como uma “unidade de trabalho e de consumo”.

3. O deslocamento temporário dos homens como estratégia de reprodução das micro-propriedades

Ao analisarmos as estratégias dessas famílias de pequenos agricultores para se manterem em sua própria região, é importante perceber a serviço de que ideal de vida elas são construídas, mais do que as estratégias que utilizam para sua reprodução social. O que justifica o caráter sazonal e não permanente da migração para estas famílias? Se estes minifúndios fossem, realmente, apenas unidades de moradia, como os caracteriza a EMATER, as famílias que neles habitam já não teriam partido definitivamente para o sul, procurando compatibilizar o binômio casa-trabalho de forma mais racional, ao invés de repetir, ano a ano, a difícil experiência de buscar emprego longe de casa? Afinal, ao migrarem, muitas vezes sem a garantia prévia do emprego, eles experienciam situações de extremo desgaste físico e psicológico, enfrentando uma rotina de exploração no trabalho, doença, fome e hospedagem em barracões e alojamentos em condições precárias. Todas essas

adversidades são toleradas apenas por serem percebidas como provisoriedade, dentro de uma perspectiva que encara esta experiência como necessária em uma determinada fase da vida, mas que sabe que a mesma não perdurará indefinidamente.

O tamanho da terra se constitui num importante fator com perfil marcadamente diferenciado entre famílias de migrantes e de não-migrantes. O tamanho médio da propriedade entre os não-migrantes é de 17,8 ha, enquanto entre os migrantes é de 5 ha. Contudo, essas micro-propriedades, resultado de pequenas heranças, esconde, por detrás da sua caracterização como “ocupação de moradia e de pequena atividade produtiva”¹⁰, um resistente arranjo reprodutivo, capaz de se manter mesmo no período posterior ao auge da cotonocultura, o que vem a demonstrar a importância das chamadas “miudezas” para a sobrevivência da família. Seja vendendo frango, ovos, porco, requeijão, queijo, biju etc., como também colhendo 2, 4 sacos de feijão aqui, outros poucos de milho ali, estas famílias vão mostrando a sua magnitude numérica. Isto demonstra o acerto na racionalidade reprodutiva que imprimem à sua existência, ainda que consideremos a situação de extrema e desgastante engenhosidade com que estes homens e mulheres lutam pelo alimento de cada dia, nesta região sanfranciscana do norte de Minas. O quadro que se segue dá uma idéia mais exata da expressividade das pequenas propriedades frente à situação fundiária de Colina:

Quadro 2- Área das propriedades rurais - Colina

Com menos de 1,0 ha	788 (18,77%)
Entre 1,0 ha e menos de 2 ha	558 (13,29%)
Entre 2,0 ha e menos de 5,0 ha	751 (17,89%)
Entre 5,0 ha e menos de 10,0 ha	736 (17,59%)
Entre 10,0 ha e menos de 20,0 ha	542 (12,91%)
Entre 20,0 ha e menos de 50,0 ha	436 (10,39%)
Entre 50 ha e menos de 100,0 ha	192 (4,57%)
Entre 100,0 ha e menos de 200,0 ha	117 (2,78%)
Entre 200 ha e menos de 260,0 ha	54 (1,28%)
Acima de 260 ha	22 (0,52%)
Total	4196 (100%)

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, 1997.

A expressividade numérica das pequenas propriedades rurais fica demonstrada, ao verificarmos que aquelas que possuem área de até 10 ha correspondem a 67,51% do total. Para “comprendermos esta situação fundiária tão desfavorável à reprodução dos “pequenos”,

¹⁰ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural -PMDR- Colina, 1997.*

mas frente à qual eles vão resistindo e, mesmo aumentando numericamente, precisamos, em primeiro lugar, suspeitar da veracidade da caracterização dessas propriedades, como sendo de “ocupação para moradia e não produtivas”, como as caracteriza a EMATER. É preciso suspeitar que há algum contra-senso nesta caracterização, porque este extrato de propriedade até 10 ha cresceu em relação à década de 80, o que demonstra sucesso em suas estratégias de reprodução. Poder-se-ia até levantar como argumento a favor desta forma de a EMATER caracterizar estes minifúndios, como de ocupação para moradia, o fato de a migração sazonal e do dinheiro recebido com a aposentadoria e pensão se constituírem no sustentáculo que mantém a possibilidade de reprodução desses pequenos proprietários. Sem dúvida alguma, a aposentadoria representa hoje, em grande parte da zona rural de todo o Brasil, uma fonte de renda fundamental para a reprodução das condições de vida da família.

Como se verá de forma bem nítida mais à frente, há um perfil do migrante caracterizado não apenas em decorrência do tamanho da terra, mas também segundo o estágio de vida em que ele se encontra. São migrantes sazonais em potencial, os jovens que pretendem permanecer na sua região de origem e, para isso, buscam acumular algum dinheiro para investir na construção de sua casa, compra de algum gado ou mesmo um pedaço de terra, como também aqueles micro-agricultores com filhos pequenos e poucos anos de casados. Neste sentido, é interessante notar que, ao deixar de migrar sazonalmente, isto ocorre não porque a sua terra tenha aumentado de tamanho, aliás, na maior parte das vezes, ele continua até sem ter a propriedade legal da terra, morando na propriedade do pai, caracterizando o que Contreras¹¹, definiu como família troncal, onde a herança é indivisível. A organização social destas famílias de migrantes temporários se constrói dentro de uma estrutura totalizante, que estabelece como princípio a hierarquia, a interdependência e a complementaridade. Dentro desta racionalidade holística, a casa do pai ocupa a posição de maior status e importância perante a dos filhos, constituindo-se o centro ao redor do qual se estrutura a economia do grupo familiar.

Há dentro desta propriedade de caráter indivisível e de ocupação do espaço por uma “família troncal” o entrelaçamento de estratégias visando objetivos comuns, no âmbito econômico, do bem-estar físico e social do grupo, bem como da própria reprodução da unidade produtiva, utilizando-se de expedientes tais como: a divisão do trabalho, o uso comum dos meios de produção e o compartilhamento de diversos alimentos, paralelamente à

¹¹ Jesus Contreras classifica como *nuclear* a família constituída pelo casal com seus filhos; *extensa* a família com mais de uma geração morando sob o mesmo teto e *troncal* a família cuja a terra não é dividida formalmente, havendo um acerto implícito quanto ao(s) filho(s) que nela deve(m) permanecer.

existência de espaços reservados a cada família, com sua roça própria. Portanto, as estratégias migratórias dentro deste contexto não se estabelecem tanto em função do tamanho da terra de uma “unidade produtiva”, apesar de o tamanho se constituir em um fator diferencial para as famílias de não-migrantes, mas em função de fases particulares do ciclo de vida que atravessa a família e a pessoa. A migração tende a acontecer, principalmente, no estágio preparatório para o casamento e nos primeiros 10 anos deste, quando os filhos ainda são pequenos. Nota-se, então, que o tamanho da terra é determinante para desencadear uma estratégia temporária de ajustamento da família, mas vencida esta etapa e mesmo os imprevistos que podem acontecer e afetar a economia do grupo familiar, como seca, inundação, praga etc., a migração deixa de ser a alternativa preponderante dentro das estratégias de reprodução social, recorrendo-se a outras formas de organização da família e da unidade produtiva, com o tamanho da terra permanecendo o mesmo e a situação de não-proprietário também.

Certamente, a lógica que faz com que a EMATER destaque as casas desses migrantes sazonais apenas como unidades de moradia é uma lógica tecida dentro de uma racionalidade individualista, segundo a qual as propriedades em que essas famílias moram e produzem, de forma articulada com seus parentes, são percebidas enquanto “unidades”. Na verdade, a lógica que conduz as estratégias de reprodução dessas famílias é construída dentro de uma estrutura e racionalidade holística, em que a casa não é uma unidade em si mesma, mas está inserida em um todo maior, incorporada a uma organização social hierárquica, dentro da qual imperam deveres e dádivas forjadas em prol da reprodução da “unidade produtiva” como um todo. A casa apenas aparentemente é uma unidade, visto que, de fato, seu funcionamento está articulado ao das demais casas que compõem o grupo familiar, o qual é formado, além da casa do pai, geralmente, pela de um tio e, às vezes, pela de um outro irmão. Na percepção da EMATER, essas “unidades de moradia¹²” são classificadas dentro da categoria dos comodatários, que se constituem no grupo mais expressivo entre os pequenos proprietários. Por deixar de perceber ou mesmo não considerar relevante a forma como essas famílias troncais organizam sua economia, esta empresa de extensão rural não as considera a elas, nem as mulheres que nelas permanecem durante todo o ano, como produtivas, conseqüentemente, as descarta como alvo de seus projetos de difusão tecnológica. Neste sentido, é interessante perceber como o trabalho com a agroecologia, conduzido pelo CAA (Centro de Agricultura Alternativa), é rapidamente assimilado pelos pequenos produtores após a crise do algodão.

¹² Cabe bem aqui fazer uma associação com a noção que os Tikopia, estudados por Firth, têm de casa como unidade moral, diferenciando-a da casa enquanto construção e morada comum. Para se entender a possibilidade de reprodução dessas micropropriedades, tem-se que entender sua lógica de hierarquia e interdependência entre as casas. Ver Marcos Lanna, (op. cit., 1998, p. 8)

Ainda que haja uma seletividade por parte desses pequenos produtores quanto às práticas e tecnologias mais viáveis à sua reprodução social, o objetivo de resgatar as experiências que esses pequenos agricultores receberam de seus pais e avós, abre espaço para uma mais completa percepção de seu modo de vida, de sua cultura e identidade do que quando se enfatiza apenas o aspecto da difusão tecnológica.

O reforço à cultura nativa é um dos aspectos mais determinantes para manter e aumentar as possibilidades de fixação desta população na própria região¹³. Quando se analisa a sazonalidade da migração em detrimento de seu caráter definitivo é que se percebe o quanto os laços tecidos na comunidade são determinantes neste processo reprodutivo. Além dos mecanismos internos ao grupo familiar, manter-se na região, ao invés de migrar definitivamente, possibilita àqueles que são os destinados na família a ficarem na propriedade fazer uso de uma “economia moral comunitária¹⁴”, que atua referendada em costumes locais, tradições religiosas, que recriam a própria comunidade, estreitando os laços entre as pessoas e reforçando as relações de “ajuda mútua” com parentes, compadres e vizinhos. Essa rede de relações e laços comunitários é estendida, inclusive, durante o período migratório. Os homens que se deslocam periodicamente partem em grupos formados na própria comunidade ou em outras circunvizinhas a ela para as regiões de colheita de café, corte de cana e braquearea no sul. Empregam-se, geralmente, no mesmo local e enfrentam as dificuldades do dia-a-dia, no trabalho, nos alojamentos e barracões, fazendo uso dos laços de amizade construídos em sua região de origem. São os companheiros da mesma comunidade que controlam os excessos de bebida, as brigas e mesmo o dinheiro recebido por aqueles que caem em “desregramento”. São, também, os companheiros da região que aconselham aqueles que passam por um momento difícil, são eles que tratam dos que estão doentes e, principalmente, são eles os ouvintes das longas conversas que trazem para mais perto as pessoas, os costumes e terra que está distante. É este vivenciar a comunidade mesmo longe de casa que torna a experiência da migração sazonal repetível enquanto ela for necessária¹⁵.

¹³ Não estamos aqui desconsiderando a influência dos grandes projetos de irrigação, como o Jaíba e o Gorutuba, que aqueceram a economia regional ampliando as oportunidades diretas e indiretas de emprego para os moradores da zona rural dos municípios próximos a estes projetos, como Colina, nem mesmo desconsiderando a ação de projetos de cunho alternativo que, após a queda do algodão, tiveram uma atuação marcante na região, desenvolvendo práticas objetivando a minimização de custos e a maximização das potencialidades internas de cada unidade produtiva. Contudo, só a manutenção da “Cultura do Dom” pela família e pela comunidade pode ajudar a entender o aumento desta população rural em micropropriedades, reproduzindo-se no regime de comodato.

¹⁴ A expressão “economia moral” está sendo aqui utilizada em consonância com a forma como foi cunhada por E. P. Thompson, no que diz respeito à caracterização das práticas comunitárias da plebe baseadas nos costumes, como formas de resistência ao capitalismo. Ver E. P. Thompson, op. cit., 1998, p. 102.

¹⁵ Esta mesma situação de controle e ajuda mútua entre trabalhadores migrantes é retratada por Menezes (1998).

Esses mesmos laços da vida comunitária que acompanham o migrante em seus deslocamentos temporários, propiciam a coesão do grupo local. A coletividade se impõe com base no estabelecimento de compromissos implícitos de ajuda mútua e retribuição dos favores e presentes recebidos. As dificuldades individualmente vividas são integradas numa rede de sociabilidade que desfaz o isolamento e descaracteriza os dramas privados, transformando-os em laços de solidariedade compartilhados por uma rede social bem mais ampla que a composta pela “família nuclear”. É interessante perceber que esses laços de ajuda mútua são sustentados por uma extensa rede de parentesco que se estende por toda a comunidade. Contudo, estes laços de parentesco não têm origem apenas na consangüinidade, mas também no compadrio, que ganha um status de vínculo indissolúvel através da consagração religiosa. Agregadas pelos laços do parentesco e do compadrio que legitimam o compromisso de solidariedade entre as famílias, estas passam a vivenciar uma realidade de desafios muito mais voltados para a coletividade que para a individualidade. Neste sentido, é interessante notar como a própria percepção da miséria fica relativizada frente a este cenário. As pessoas, principalmente as mulheres, atravessam o período de seca e escassez, sem vivenciar a fome como uma realidade social, pois não se vêem na comunidade casos de famílias desassistidas. Mutirões, novenas, campanhas de arrecadação de alimentos são organizadas regularmente, tão logo se mostrem necessárias. É justamente por isso que, para compreender a opção dos homens migrantes, que mesmo conhecendo outras realidades sociais decidem voltar, torna-se necessário desprender-se da lógica burguesa e relativizar a perspectiva de miséria dela advinda. Se, por um lado, a identificação burguesa da pobreza e da miséria se dá em consonância com a percepção do que é a prosperidade, classificada em virtude da presença de bens de consumo duráveis, como carro, microondas, geladeira, máquina de lavar roupa, televisão etc., por outro lado, é importante chamar a atenção para o fato de que se a ausência destes bens de consumo não deixa, é verdade, de reforçar a identidade desses pequenos agricultores como pobres, esta auto-identificação não é experienciada por eles como uma desqualificação, à forma burguesa. Neste sentido, é interessante perceber que mesmo aquelas famílias que possuem grande parte dos bens de consumo não deixam de se ver como pobres. Ser pobre, para estes pequenos agricultores, significa¹⁶, é, antes de tudo, uma forma de se identificarem como parte do rebanho de Deus, como se pode perceber nos depoimentos de um

¹⁶ O significado diferenciado face à pobreza que pode ser percebido entre a classe média urbana e os pequenos agricultores do norte de Minas, não significa a recusa destes em relação ao consumo de bens típicos das famílias de classe média urbana.

participante da “Romaria das Águas e da Terra em Manga, município próximo a Colina, no Norte de Minas:

“Trabalhadores rurais, sem-terra, barranqueiros, índios, grupos de mulheres, catadores de papel, agentes de pastoral, leigos e religiosos...pouco a pouco o povo de Deus foi chegando na cidade de Manga. Reunindo cerca de oito mil romeiros, numa grande união de diversidades culturais... A Romaria das Águas e da Terra foi uma grande festa da vida, da defesa do homem e da natureza. Apesar de tanta dor e abandono, podemos constatar no rosto da multidão presente que os pobres são portadores da boa nova!” (CEBs, CPT e PO de MG. Jornal Pelejando. 1996, p.4.)

A identificação como “pobre” se constrói como sinônimo de “pequeno”, mas não como de miserável. É na condição de pequenos agricultores, contrapondo-se aos grandes fazendeiros que eles constroem sua identidade. Eles se qualificam como pequenos pela quantidade de terra que possuem, pelo regime de trabalho familiar que caracteriza suas propriedades, pelo caráter misto de trabalho que precisam realizar para se manterem como agricultores, exercendo atividades de negócio e assalariamento. Enfim, eles se vêem como pequenos por saberem que precisam da ajuda mútua entre compadres para vencerem as adversidades da natureza e do mercado. Mas, pode-se perceber que, embora os bens de consumo duráveis não deixem de fazer parte de seu universo aquisitivo, os mesmos não se constituem em prioridade, nem mesmo servem como referencial de prosperidade entre eles. Ao contrário, é a possibilidade de adquirir mais terra o que dá esse referencial, ou a possibilidade de aumentar o número de cabeças de gado, ou até mesmo a possibilidade da mesa farta que dá a sensação de prosperidade. É possível se perceber isto, claramente, quando se está hospedado em uma casa de chão batido, com banheiro de fossa seca, poucos eletrodomésticos, mas onde o orgulho dos moradores da casa se mostra na declaração entusiástica relativa ao fato de o trabalho na roça ter aumentado de tal maneira que já é preciso até se contratar gente de fora, ou então quando relatam o tanto que as suas “terras cresceram” desde o casamento, ou ainda quando se relata que, no tempo de hoje, a mesa é mais farta do que no tempo do algodão, sendo o fogão à lenha usado muito mais exaustivamente para fazer comida e “quitandas”. Em vários momentos, eles revelam o orgulho que sentem da sua condição, e não vergonha dela; contrastam a vida “livre” e “autônoma” que levam com a da gente da cidade, do ar limpo que respiram, dos alimentos sem veneno que comem, etc.

A fim de melhor entender a ideologia que sustenta esta noção de pobreza, é interessante perceber o contexto em que ela emergiu e as semelhanças da sua historicidade com a realidade norte-mineira. Esta noção pejorativa de pobreza foi explorada na Inglaterra do final do século XVII, num contexto de transformação da noção de “propriedade de uso comum”, baseada no direito da comunidade, para a “noção de propriedade privada individual”. Esta última impõe o trabalho assalariado como modelo a ser seguido pelos “pobres”, que, ao assumirem esta identidade e condição de assalariamento, se livrariam do estigma da miserabilidade, então, entendida como a antiga relação que os camponeses mantinham com a natureza, ao explorá-la através da caça e da coleta de alimentos, o que não era qualificado como trabalho, pois não tinha o fim de transformar a natureza, “desenvolvendo” as potencialidades dela advindas¹⁷. Ao não se submeterem ao regime de trabalho, esses plebeus se mostrariam como preguiçosos e indolentes. Desta forma, os argumentos da propriedade e do desenvolvimento ligavam-se aos argumentos da disciplina de classe. Este contexto de cercamento das terras soltas, na Inglaterra, no final do século XVII, fazendo prevalecer a noção cada vez mais absoluta de propriedade privada individual sobre a antiga noção de propriedade privada coletiva¹⁸, guarda semelhança não apenas com a acentuação da diminuição das terras livres no Norte de Minas, por volta de 1960, mas também com a forma como a noção de progresso e desenvolvimento subordina os antigos costumes e formas de interação com a natureza às funções do capital, desqualificando o saber camponês. A ciência, abre-alas do desenvolvimento e poderosa potencializadora do trabalho, passa a impor a sua racionalidade produtiva como ideal de verdade absoluta. É este viés vindo dos arautos europeus oitocentistas que impregna as empresas de pesquisa e extensão rural do Estado no Brasil. Estas desqualificam os costumes e práticas dos pequenos agricultores, visto que os mesmos não se enquadram nos modelos de desenvolvimento produzidos no Primeiro

¹⁷ Locke tomou como paradigma da origem da propriedade a mistura do trabalho que considerou como a única propriedade original. Pelo trabalho, ele anexou ao que era comum algo que exclui o direito comum dos outros homens. Também a economia política ajudou e favoreceu a lei que defendia a propriedade privada individual. Para Adam Smith, a propriedade era absoluta ou não tinha valor. Segundo ele, apenas sobre a proteção do magistrado civil é que o dono dessa propriedade valiosa, adquirida com o trabalho de muitos anos, ou talvez de muitas gerações sucessivas, poderia dormir em segurança. Ver E P. Thompson, Op. cit., 1998, p.162.

¹⁸ Em torno dessa transformação da noção de propriedade privada coletiva para individual, Thompson argumenta que se constitui um campo de forças entre a “plebe e a gentle” e não uma luta de classes. Sua argumentação vai no sentido de mostrar que já havia fortes precedentes para se consolidar uma mentalidade em torno da propriedade privada na Inglaterra. Destaca ele, nesse sentido, a noção de Direito Comum, que lá não provinha de Deus, diferentemente do que ocorre na jurisprudência natural, que vigorava na Europa continental. Mesmo no direito de uso em comum das terras, estabelecido pelos costumes, a ancestralidade da terra se deriva da noção de que, em algum momento há muito tempo, as terras comunais foram doadas por bondosos proprietários de terra saxões ou normandos, de tal modo que os costumes de uso em comum das terras existiam menos por direito do que por favor. Ver E P. Thompson, Op. cit., 1998, p.154.

Mundo. Se na Inglaterra os opositores do cercamento passam a ser retratados como querendo viver sem trabalhar, sendo vistos como bucaneiros, que atacam, investem, afogam ou roubam conforme lhes apraz, no Brasil, além do estigma de preguiçosos, os moradores do meio rural têm agregado a este o qualificativo de atrasados. O fracasso das técnicas difundidas pela extensão rural têm aí seu álibi perfeito.

Há, contudo, um agravante quando se analisa a forma como esta mentalidade inglesa se impôs internamente, dentro da própria Inglaterra, para a forma como ela se impôs sobre a mentalidade dos colonizados. Observa-se, nestas duas situações, uma inversão: entre os países colonizados dentro do novo modelo inglês de “trabalho e desenvolvimento”, a lei capitalista se sobrepõe aos costumes, enquanto no caso da Inglaterra, todas estas mudanças ocorreram lentamente, pois o *habitus*, enquanto costume, se impôs ao *fato*, enquanto lei. Na Inglaterra, as designações capitalistas do direito de propriedade surgiram dos longos processos materiais de mudança agrária, quando o uso da terra se despreendeu dos imperativos de subsistência e esta se tornou presa do mercado. Para o resto do mundo, o impacto foi abrupto: os ingleses impunham um modelo tecido em duros embates, mas de forma processual em suas terras, de forma impositiva ao resto do mundo, trazendo atrelada a ele a categoria “trabalho” como constitutiva de povos desenvolvidos x atrasados. Apenas o que passa a ser reconhecido como trabalho e desenvolvimento justifica agora o direito à propriedade. A caça, a pesca e até mesmo a plantação de milho e abóbora em pedaços de terra não cercados estavam certamente muito longe de “sujeitar” a terra.

Após a reconstituição de todo este processo de soerguimento da racionalidade capitalista moderna, é importante se perceber que não é ela que impera entre os pequenos agricultores familiares norte-mineiros, embora atue sobre eles. Contudo, não é esta racionalidade burguesa que referencia a sua identidade social, nem a sua relação com a natureza. Eles não olham para a mata como os colonos teuto-brasileiros estudados por Woortmann (1995), para os quais

“a presença da mata tem o significado, no contexto de uma ‘ética protestante’ de poupança e previsão, no sentido de assegurar recursos para a geração futura. A mata é parte do patrimônio, do que deve ser transmitido. Para os pequenos agricultores norte-mineiros, a mata também é percebida como uma reserva, mas não como um patrimônio a ser transmitido, como algo que tem um caráter mais definitivo. Ela é pensada dentro da dinâmica de ocupação do espaço do sítio, podendo dar lugar a um roçado, no caso de haver força de trabalho disponível para tal. Mais ainda, esta é uma região onde a ética do Dom e Contra-Dom ainda está arraigada dentro das

estratégias reprodutivas das famílias de pequenos agricultores. Portanto, a interpretação das práticas e valores atribuídos às coisas e às pessoas por essas comunidades de pequenos agricultores nortemineiros não pode ser lida a partir dos referenciais do mundo capitalista “moderno”. Woortmann (1995, p. 220).

Os homens e as mulheres que vivem na zona rural de Colina não se vêem com as lentes consumistas da classe média urbana, que os caracteriza como vivendo em condições miseráveis, sendo dignos de dó ou estando à mercê da compaixão de terceiros¹⁹. A própria forma como definem sua identidade, assumindo atributos, tais como “pequeno” e “pobre”, em contraposição à condição de vida dos “grandes” fazendeiros, é construída a partir de uma dinâmica, em que eles se percebem resistindo às pressões do mundo moderno, como estando na condição de quem luta para vencer as dificuldades da vida cotidiana. Esta identificação dos moradores rurais do Vale do São Francisco como pobres e lutadores está diretamente relacionada à forma como se percebem através do vínculo que têm com a terra, como se pode notar em um trecho de um texto usado no trabalho da pastoral comunitária entre os agricultores:

“...A luta pela terra não é só uma luta econômica. É uma luta pela dignidade das pessoas que exigem ser reconhecidas como filhos e filhas de Deus. Por isso, a terra é mais que um pedaço de chão. Ela é Dom de Deus, o lugar do trabalho e da vida...Eu venho de longe, eu sou do sertão, sou Pedro, sou Paulo, sou Maria e João. Eu sou brasileiro, mas sou estrangeiro, lutei pela pátria e ganhei cativo. E agora me digam se eu tenho direito, se eu sou cidadão, ou por Deus não feito. Plantei e colhi, mas não como, sou anjo, eu venho da terra sem distribuição, eu sou do cansaço, sem compensação”. (Lamento nativo, cântico das CEBs)

Ser pequeno, pobre e lutador significa, para estes agricultores familiares, estar imbuídos da busca pela dignidade. Portanto, estes adjetivos não são interpretados por eles como qualificativos para pessoas que se sentem diminuídas. É na condição de convictos “pequenos” agricultores que eles constroem sua identidade e se organizam para conquistarem o direito à cidadania. É interessante pensar como a cidadania, um ideal burguês, que nasce atrelado a valores como a “liberdade” e a “igualdade”, que vão sedimentar a lógica capitalista burguesa, são por eles absorvidos. A forma como interpretam a autonomia nas suas condições de trabalho talvez seja um dos elementos mais fundamentais para se entender a forma como perpetuam a sua condição de migrante sazonal, descartando como opção a migração definitiva para o sul. Grande parte dos pequenos proprietários rurais dessa região do Vale do São

¹⁹ A relatividade na caracterização da pobreza é trabalhada por José Carlos Rodrigues que levanta argumentos que relativizam a suposta miséria primitiva. Ver José Carlos Rodrigues, “Cultura e Ser Humano: código e simbolismo”, in: ROCHA, Everardo. *Cultura e imaginário*. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

Francisco é formada por agricultores *part-time*, os quais vivenciam experiências diferenciadas de “autonomia” frente às suas condições de trabalho.

Esse gradiente de autonomia tem no pico aqueles agricultores que vivem do que desenvolvem no próprio sítio, podendo conciliar estas atividades com algum negócio. Seguindo-se a estes agricultores, tem-se aqueles que repartem o tempo de dedicação ao sítio, vendendo dias de serviço na própria região, ou ainda, fazendo algum biscate como pedreiro, marceneiro ou eletricitista. Por fim, há aqueles que vivenciam a autonomia de uma forma menos intensa ainda: são os agricultores que dividem sua dedicação ao sítio, exercendo atividades como assalariados temporários fora da região. Esta diversidade de arranjos reprodutivos experimentada pelos pequenos agricultores frente às suas condições de trabalho gera, conforme a época do ciclo agrícola, graus diferenciados de vivenciamento da autonomia. Há épocas em que são eles próprios, em tempo integral, os senhores de seu próprio trabalho. Há outras ocasiões nas quais dividem os dias da semana, submetendo-se parte deles à ordem de terceiros. Há, ainda, períodos cuja subordinação passa a ser integral, baseadas em relações de assalariamento fora da sua região, na condição de migrantes sazonais. No que diz respeito a estes últimos, são eles os que mais fortemente sentem as flutuações nesse gradiente de autonomia, visto que se experimentam, por um lado, a possibilidade de autodeterminar, em parte do ano, as suas condições de trabalho, sem a necessidade de obedecerem a ordens, o que lhes proporciona a sensação de serem livres; conhecem, por outro lado, a condição de total alienação face ao trabalho que realizam, enquanto assalariados-migrantes, cortando cana, capim, colhendo café, laranja, etc.

Na verdade, a autonomia é percebida por estes pequenos agricultores como uma potencialidade a ser alcançada, e não como algo dado de forma imediata e definitiva, ainda mais quando se considera a situação dos agricultores na condição de “recém-chefe de família”. O fato de a autonomia ser percebida como uma condição a ser gradativamente conquistada, como se fosse algo que estivesse em estado de latência, aponta para a crença que têm de que a condição de “agricultor”, mesmo que “pequeno”, proporcionar-lhes-á a situação de autonomia. Neste sentido, ter autonomia não significa ganhar muito dinheiro e poder deixar de trabalhar para viver, como acontece na lógica do mundo burguês da classe média urbana. Para este pequeno agricultor, ter autonomia significa poder trabalhar no seu próprio sítio e sustentar a sua família através dele²⁰. Contudo, este é um ideal a ser gradualmente

²⁰ Também no estudo de Klaas e Ellen Woortmann se mostra esta mesma forma de encarar a autonomia por parte dos sítiantes nordestinos. In: O trabalho da terra. A lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB, 1997.

alcançado. O jovem agricultor, chefe de família, sabe que vender dia de serviço fará parte das suas estratégias de reprodução, sabe, também, que pode ter que considerar a situação de ser, temporariamente, um migrante sazonal, e se essa condição se constitui, praticamente, numa imposição no início do casamento, quando os filhos ainda são pequenos, não deixa de se constituir numa possibilidade, mesmo para os mais estabilizados, porque como diz uma agricultora: “Quem mexe com roça é igual um jogo, a gente não sabe se vai dar ou se não vai dar.” (Rita, Comunidade de Colina)

Para o jovem agricultor, portanto, não ser imediatamente “livre” é algo que ele vê como uma transição. Ele sabe que o ciclo de vida da família que ele está constituindo irá se reverter de uma forma de sujeição, quando os filhos ainda são pequenos, e o sítio ainda está em formação, em uma forma de “autonomia”, com o aumento de braços na roça, quando os filhos já estiverem crescidos, com mais de dez anos. Durante esta fase, ele poderá dedicar maior tempo às atividades da sua propriedade do que às de terceiros. Esse sentimento de ser livre está em grande medida associado à imagem que esse agricultor tem de não depender de patrão nenhum para tirar da terra o alimento necessário para prover o sustento da sua família, tal como seu avô fazia. É por isso que ele vê com cautela o financiamento do banco, pois além deste significar “dívida” e “cobrança” em relação ao produto do seu trabalho, significa, também, a imposição da aceitação da assistência técnica da EMATER sobre seu saber camponês e mesmo sobre a forma como deve gerenciar o sítio para alcançar maior produtividade e lucratividade.

Enfim, é a “autonomia” que acreditam possuir, frente às condições de trabalho gozadas nas suas unidades de produção, que se constitui em definidora da identidade que comungam como agricultores, sendo, inclusive, este um fator fundamental para se perceber o quanto a condição de pobres, no sentido de miseráveis, discutida anteriormente, não lhes auto-define. Ser pobre é ser um agricultor trabalhador e é dentro desta condição que se vislumbram como homens com autonomia, não subordinados diretamente a um patrão, tendo, assim, maior controle sobre suas vidas. O próprio contraste vivenciado quando se está na condição de trabalhador temporário-migrante, face a quando se é um agricultor por conta própria, mesmo que part-time, se constitui num fator fundamental para se compreender sua opção em continuar vivendo com sua família em sua região de origem. Ele não se sente miserável na caatinga, mas um homem com mais liberdade do que o da cidade. O olhar do visitante ou observador sulista, quando define suas vidas como miserável, não leva em conta a auto-imagem desses trabalhadores.

Esta representação que mantém em relação à sua identidade de agricultor como correspondendo à de uma pessoa que leva a vida com autonomia, associada à influência que os laços de solidariedade da vida em comunidade exercem sobre ele, fortalecendo seu sentimento de pertencimento a um lugar determinado, são fatores fundamentais para se entender por que a migração não é tida como uma opção definitiva para esse grupo de pequenos agricultores. Ambos os fatores ajudam a entender o porquê de ele não concretizar esta opção apesar de haver condições para que ele tentasse se estabelecer de forma definitiva no sul, haja vista que ele possui uma forma inicial de sustento, advinda dos salários recebidos nos empregos temporários por ele conseguidos e, também, de haver como recorrer à ajuda de companheiros da sua mesma região já fixados no sul. Voltam, a maior parte das vezes, trazendo para casa, valores em dinheiro que dão apenas para cobrir as despesas com a compra de comida feita na venda pelas mulheres, no período em que estiveram ausentes. Os que conseguem mais, empregam parte do que sobra com a “despesa” na compra de alguma cabeça de gado, na melhora da casa ou na compra de algum eletrodoméstico.

Entretanto, considerando-se que este mesmo dinheiro poderia se constituir num primeiro impulso para estes homens se fixarem nos locais onde conseguiram seus empregos temporários, por quais motivos eles voltam? A resposta, como vimos anteriormente, fica mais clara se a proposta for colocada em sentido contrário: por que eles saem, sabendo que ganharão tão pouco para se submeterem a condições de vida tão adversas de higiene, alimentação, moradia e violência? A compreensão a esta questão encontra-se, justamente, no fato de este pouco representar a possibilidade de reprodução da sua família e a manutenção da sua identidade enquanto agricultor e homem autônomo. O montante de dinheiro ganho com a migração possibilita-lhe a reprodução de condições de trabalho mais autônomas do que aquelas encontradas no corte de cana e na colheita do café. Não se pode também desconsiderar, entre os fatores motivadores de sua fixação na região, o peso da escolha familiar sobre ele. Embora as regras de herança não sigam um padrão muito rígido de privilegiamento do primogênito e/ou do caçula, tem-se que considerar que, no caso de o migrante ser um “eleito” em potencial para dar continuidade ao sítio e contar com a expectativa da família em prol de que seu processo migratório se constitua apenas numa estratégia de poupança para investimento no sítio e na sua recém ou futura condição de chefe de família, esta forma não tão sutil de coerção exercerá uma pressão favorável à sua fixação.

Enfim, a migração sazonal é um fator estruturante das formas de reprodução das unidades produtivas norte-mineiras, pois propicia que os homens tragam na bagagem, ao voltarem, o dinheiro para pagar as dívidas da venda feitas durante o período da seca e da

baixa oferta de emprego na região, além de um “trocadinho” para tocar a vida até a próxima saída. Às vezes, é possível até se comprar um “gadinho” ou um eletrodoméstico, geladeira ou televisão. Assim, ainda que no momento de partir novamente ele já parta deixando uma dívida com um parente ou com o “patrão” do sul, para pagar sua passagem de ida, no cômputo entre investimento e retorno, seu deslocamento semestral vai contribuindo para a manutenção da unidade produtiva e da sua identidade de agricultor, com toda gama de significados que ela carrega. É dentro de uma racionalidade não apenas reprodutiva, portanto, mas que também lhe propicia conservar sua identidade, permanecendo na sua região e com a sua família que este migrante sazonal enfrenta, sempre que necessário, o deslocamento temporário para o sul.

4. A manifestação das relações sociais de gênero nas estratégias escolhidas para assegurar a reprodução das unidades produtivas.

A história de vida da típica família rural sanfranciscana é cíclica: a família se recria em torno da terra, a partir de uma organização social com base na indivisibilidade da terra, fator fundamental para se assegurar a reprodução do sítio e do grupo familiar.²¹ Na verdade, para entendermos a lógica de reprodução dessas famílias, temos que compreender, que elas não podem ser estudadas de forma isolada e que a reprodução da família, nesta região, é mais importante que a definição legal da propriedade da terra de forma individualizada. A maior parte das famílias passa a vida inteira sem legalizar a situação de uso da terra, sendo comum encontrarmos propriedades, em que o problema das terras envolve três gerações da família: a do filho/filha que vive nas terras cujo direito de uso o pai conquistou, mas que ainda não estão legalizadas como suas. O quadro abaixo ilustra bem esta situação, vivida na zona rural de Colina.

Quadro 3-Situação das propriedade existentes

Proprietários	1397
Posseiros	151
Arrendatários	146
Comodatários	1600
Meeiros	94
Total	3388

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, 1997.

²¹ Ellen Woortmann (op. cit., 1995, nota 6) encontra este padrão de indivisibilidade da terra e de coexistência de famílias nucleares e extensas num mesmo sítio entre agricultores de Sergipe.

A expressividade numérica da categoria dos comodatários já indica esta situação de uso da terra, principalmente, por filhos e filhas casadas, que têm a posse, mas não a propriedade das terras. Contudo, esta situação de uso, e não de propriedade legal das terras, torna-se ainda mais expressiva se compararmos os dados do quadro acima, com os dados do quadro anterior. A contraposição de ambos, evidenciando os totais apresentados, demonstra que este último quadro revela, justamente, esta situação de ausência de definição legal quanto à propriedade das terras. Há uma diminuição de 808 explorações familiares, se compararmos o quadro 3 com o 4. Se somarmos este número à categoria dos comodatários, ele superará de forma significativa o número dos que têm a propriedade legalizada, 1397, destes, contra 2408 daqueles. Isto ilustra o fato comum de nos depararmos, nas entrevistas feitas, com a coexistência de até três gerações da família dentro de um único registro legal de propriedade da terra.

No estrato dos pequenos proprietários, vários arranjos de compensação são feitos para que a propriedade se mantenha o máximo possível indivisível, em virtude da sua própria viabilidade produtiva. Geralmente, aos filhos que não viverão na terra cabe um maior investimento em estudo por parte dos pais. Ou mesmo, ocorrendo a herança, o(s) filho(s) que têm “maior tendência” para o cuidado com a terra, acaba(m) comprando a parte dos outros, por preços mais em conta. Na verdade, por trás da expressão “maior tendência”, se esconde esta impossibilidade de reprodução de todos os filhos em um pedaço pequeno de terra. Já nas médias propriedades, acima de 100 ha, esta repartição das terras, em uma dimensão muito superior a que é possível ser feita na terra dos pequenos proprietários, permite o crescimento do número de filhos explorando o que antes era uma única propriedade. Esta estratégia visando garantir a reprodução da família e não, prioritariamente, da propriedade da terra pode ter relação com o fato de essa região do norte de Minas ter se mantido com uma economia de caráter regional, alheia à influência do mercado internacional, até por volta dos anos 1960, e mesmo após este período, o algodão ter gerado oportunidades de emprego localmente, permitindo as famílias desta região se reproduzir, mesmo face a dimensões diminutas de terra.

É interessante notar, que a maior parte da vida adulta de um pequeno proprietário do norte-mineiro se passa na condição de herdeiro, com uma situação não legalizada quanto à terra: ele tem a posse, concedida pelo pai, mas não a propriedade regularizada em cartório. Ser “herdeiro de fato” pressupõe transpor a condição de herdeiro de direito. A partir da posse da terra antecipada pelo pai, é preciso saber construir alianças e estabelecer compromissos de ajuda recíproca dentro da própria família de origem. A ajuda necessária para o filho se firmar tem como contrapartida a continuação de seu trabalho nas terras do pai. O novo núcleo

familiar passa, em média, os primeiros dez anos de sua constituição numa intensa simbiose com a família de origem de um ou de ambos os cônjuges, utilizando-se de mecanismos tais como: plantio e colheita de meia nas ‘terras do pai’, o empréstimo do pai de vacas para tirar leite para as crianças etc. Estas práticas constituem-se em importantes estratégias de resistência do novo núcleo familiar. É nesta longa trajetória provisória de herdeiro que o(a) filho(a) lentamente vai ampliando o tamanho da casa, da família e das terras. O início da vida de casado é comumente num rancho de três cômodos - cozinha, um quarto em comum para o casal e os filhos pequenos e um cômodo para banho. A propriedade, que no começo, geralmente, tem entre 1 e 4 ha, vai se ampliando à medida que incorpora a mão-de-obra da mulher e dos filhos. Aquele dos filhos que se torna o herdeiro, de fato, vai agregando as terras dos irmãos que foram para cidade e, às vezes, adquirindo outras na vizinhança.

Na tipificação construída pelas pessoas da própria região, quanto à situação vivida por cada família, pode-se notar claramente a trajetória entrelaçando terra e família, em termos cíclicos: a família se divide no auge de terras que o(s) herdeiro(s) adquire(m) e/ou conserva(m). Este processo pode ser melhor percebido através da forma como as próprias pessoas da região classificam os estágios na vida de um casal: o da “Carne Magra”; o da “Meia Carne” e o da “Carne Gordá”. Vive-se o período da “Carne Magra” no início da vida familiar. A condição ainda é a de herdeiro, sem propriedade registrada ou consolidada, informalmente, pelas estratégias de reprodução social traçadas pela família. O casal começa a vida, geralmente, com não mais que 4 ha de terra. Nesta fase, o homem trabalha quase integralmente fora de casa. Passar desta condição à de “Meia Carne” pressupõe ter vencido a etapa mais difícil da vida de um casal, na qual a mulher chega a trabalhar até 18 horas por dia, cuidando da casa, dos filhos e trabalhando na propriedade. No estágio de vida denominado de “Meia Carne”, os filhos ainda moram com os pais e é o estágio da vida da família com maior número de pessoas trabalhando, tanto na propriedade, como fora de casa, embora em caráter complementar às atividades da propriedade. É esta a fase de ampliação do patrimônio familiar e da definição do(s) herdeiro(s) em potencial das terras. No ciclo da “Carne Gordá” define-se o rumo dos filhos - quais os que ficarão e quais partirão.

A questão das moradias separadas, com famílias nucleares ocupando o mesmo sítio, mas não a mesma residência, é uma constatação que pode ser facilmente entendida através da análise da estrutura fundiária entre famílias de migrantes e não-migrantes. Como se destacou anteriormente, o tamanho médio da propriedade entre os não-migrantes é de 17,8 ha, enquanto entre os migrantes é de 5 ha. Sendo o tamanho da terra bem menor, em média, entre as famílias de migrantes, pode-se compreender por que entre os filhos destes, torna-se

inviável uma divisão, ainda que informal, do sítio, face à qual cada família nuclear exploraria um certo pedaço dentro da unidade produtiva. É por este motivo que se encontra em maior número entre migrantes, a constituição de famílias extensas, com filhos casados morando junto aos pais. O filho não tem condições de explorar um pedaço de terra de forma independente ao que é explorado pelo pai. Desta forma, o filho deve permanecer sob o seu domínio, morando na mesma casa que ele. O fato de o filho casado, que através do casamento adquire o status de homem independente e chefe de família, habitar sob o mesmo teto que o pai, cuja autoridade deve prevalecer sobre toda a família e a propriedade, tira-lhe autonomia na condução do trabalho na propriedade. Apenas no momento em que o pai, por motivo de idade ou doença, não mais puder ir para a roça ou passar a ir pouco, é que o filho assumirá, de fato, o lugar de chefe da família, na casa e na roça.

Já no caso dos filhos de não-migrantes que vão morar em casas separadas após o casamento, sua autonomia tem um caráter superior ao filho de migrante que mora com o pai após o casamento, pois ele vai poder explorar um pedaço do sítio, segundo a sua própria vontade, um encaminhamento estratégico, visto que também é um chefe de família, tendo a sua casa, a sua família e um pedaço de terra para cuidar. É esta uma importante diferença para os filhos solteiros, que ainda vivem com o pai, mas já exploram um pedaço de terra dentro do sítio. Esse filho, ainda solteiro, deve ao pai satisfação e consulta sobre os procedimentos que deseja adotar no sítio, num grau de muito maior subserviência que o do filho casado. Casamento, casa e terra são, ao mesmo tempo, símbolos e pré-requisitos para se alcançar a autonomia. Contudo estes três termos, embora se complementem entre si, seguem uma hierarquia de valores neste entrelaçamento. O maior grau de autonomia é representado pela possibilidade de decidir e planejar em relação à terra, cujo símbolo de sua posse é socialmente reconhecido pela “casa”, habitada por uma “família” que a explora.

Usualmente, estabelece-se um estreito laço de parceria entre o antigo e o novo núcleo familiar, através do trabalho conjunto na lavoura, na criação do gado, na repartição da safra, na doação do leite para os netos, etc. Porém, esta é uma dependência estruturante de formas mais autônomas de relações sociais de trabalho do que as propiciadas pela relação de dependência entre pais e filhos nas famílias de migrantes²². Em decorrência de as famílias de não-migrantes possuírem maior quantidade de terra que a de migrantes, elas têm como

²² Como vimos anteriormente, a autonomia é por eles interpretada como a possibilidade de direcionar as suas próprias atividades sem a obediência a terceiros, mesmo que esta submissão se dê em relação ao pai. É por isso que os filhos de não-migrantes que moram em casas separadas gozam de maior autonomia que os filhos de migrantes. Porque estes últimos, vivendo na mesma casa que o pai, não determinam e direcionam o trabalho no sítio.

oferecer condições para que o filho trabalhe nas próprias terras da família, assim seu futuro é, também, mais rapidamente definido, quando comparado ao dos filhos de famílias de migrantes, que precisam buscar alternativas de sustento mais incertas, levando, assim, mais tempo para consolidar seus meios de subsistência. O maior percentual de filhos entre 21 e 30 anos que deixam a casa dos pais nas famílias de não migrantes reflete, portanto, as melhores condições materiais de reprodução que lhes são oferecidas.

Já entre as mulheres, chama a atenção o fato de que acontece, justamente, o contrário. *As filhas de famílias de não-migrantes (S/M F)* permanecem, até os 25 anos, por mais tempo “morando” na casa dos pais que as *filhas de famílias de migrantes (C/M F)*. Esta situação de saída mais cedo da filha, nas famílias de migrantes, parece estar relacionada ao fato de que ela não ocupa a posição de herdeira preferencial dentro das estratégias de reprodução da família. Já se mostra nesta situação uma determinação implícita nas relações de gênero, entre o filho e a filha; a prioridade é do homem. A maior proximidade do filho com as práticas agrícolas no dia-a-dia, as trocas de pequenos animais que os meninos estabelecem entre si, desde meninos, as sociedades de plantio de roça, ainda rapazes, todas estas práticas e costumes fundamentam uma mentalidade de prevalência de direito do homem sobre a terra a ser herdada, ainda que juridicamente todos tenham direitos iguais.

As filhas de migrantes, principalmente, são levadas a optar por deixar a unidade produtiva, abrindo mão da sua condição de herdeiras de fato. Elas serão aquelas que repassarão seu direito à terra em condição de camaradagem para um dos irmãos. O fato de a mulher estar mais afastada do direito à terra, na hierarquia estabelecida pelos costumes, vincula-se à própria assimetria na valorização do trabalho executado por homens e mulheres. Em virtude de a mulher não gozar de um status profissional frente à comunidade e à família, diminui-lhe o vínculo com a terra em relação ao homem, o que lhe empurra para um campo de alternativas de inserção social no mundo do trabalho exteriores às existentes nas localidades. Contudo, podem-se apresentar, nestas alternativas incertas e externas ao mundo da comunidade no qual ela foi criada, maiores possibilidades de mudança das suas condições de vida. Mas não só as estratégias de direcionamento para o estudo e para o emprego na cidade são pensadas para ela; uma das alternativas tradicionais utilizadas para a saída das filhas é o casamento, que neste estrato se dá mais cedo do que entre as filhas de não-migrantes.

Quadro4 – Idade em que se casam as mulheres

IDADE	FAMÍLIA DE NÃO-MIGRANTE	FAMÍLIA DE MIGRANTE
15 A 17 anos	2 (8,33%)	4 (23,52%)
18 a 20 anos	6 (25,0%)	6 (35,29%)
21 a 23 anos	7 (29,16%)	5 (29,41%)
24 a 26 anos	3 (12,5%)	1 (5,88%)
27 a 30 anos	0 (0%)	1 (5,88%)
+ de 30 anos	6 (25,0%)	0
TOTAL	24 (100%)	17 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo, Colina, 1999.

O quadro acima evidencia um contraste em termos da maior precocidade nos casamentos das filhas de migrantes em relação à maior maturidade com que se casam as filhas de não-migrantes. Esta maior maturidade cronológica no casamento das filhas de não-migrantes tem uma lógica compensatória. Como a terra não lhes é assegurada, elas recebem o incentivo para o estudo. As entrevistas realizadas com 41 famílias de Colina mostraram que entre elas é maior o nível de escolaridade do que entre os rapazes. Como se verá mais adiante, este estímulo da família ao estudo da filha não significa apenas uma estratégia compensatória em virtude de não ser ela uma herdeira em potencial. O estudo da filha traz retorno financeiro para a família, bem como se torna um importante “capital social” nos arranjos de casamento entre as famílias da comunidade. Neste sentido, torna-se interessante chamar a atenção para as nuances que se escondem atrás do expressivo percentual de casamentos de mulheres, após os 30 anos, entre as famílias de não migrantes. O contraste para com as mulheres pertencentes à categoria “família de migrantes”, que se casam mais cedo, certamente, não se explica por fatores ligados à beleza ou desinibição destas últimas em relação às primeiras. Mas, fundamentalmente, porque as filhas de não-migrantes sofrem uma pressão por parte da família que não é experimentada da mesma forma pelas filhas de migrantes. Como a terra é escassa nas famílias de migrantes, não há a necessidade de mão-de-obra numerosa, nem mesmo no período da colheita. Da mesma forma, o retorno em termos do investimento da família no estudo da filha, que poderia se tornar professora na comunidade antes de se casar e contribuir para o orçamento doméstico é demorado, embora se incentive que ela continue a estudar por conta própria, quando sai de casa para trabalhar, por exemplo, como doméstica na cidade. Assim, ela deslumbra, como opção, a migração ou o casamento, o qual não é precedido do mesmo controle que o das filhas de não-migrante, visto que estas últimas são um importante “capital social” nas estratégias de casamento entre as famílias.

Para a moça, filha de não-migrante, embora, ela também não seja uma herdeira preferencial da terra, sua permanência contribui para a reprodução social da família, tanto em termos de ela representar um acréscimo como força de trabalho à mão-de-obra familiar, haja vista que, por ter mais terra que a família de migrante, a de não-migrante precisa de mais braços para trabalhar, como, ainda, seu estudo pode significar opções de renda para a família, caso ela se empregue numa escola rural. Além disso, a possibilidade que ela tem de estudo a torna um “capital social” para a família, daí recair sobre ela um controle maior de sua sexualidade e de seus momentos de lazer. São estas moças, filhas de não-migrantes, que se casarão com os rapazes, que herdarão “de fato”²³ as terras dos pais. Como foi visto anteriormente, a condição de viúva da seca é vivida, majoritariamente, por mulheres que se casam com os homens que não herdaram terra, indo eles próprios viverem nas terras herdadas pela mulher, as quais nunca têm o mesmo tamanho e qualidade das terras herdadas pelo irmão, condição esta legitimamente aceita pelos padrões culturais que influenciam as estratégias de reprodução social traçadas pela família. Por outro lado, o herdeiro, filho de não-migrante, quando se casa com uma moça, também filha de não-migrante, está em melhores condições de manter esta sua condição de não-migrante que um filho de migrante, pois ele está se casando com uma moça que, na maior parte das vezes, traz com ela a oportunidade de melhorar a fonte de renda da família com seu trabalho assalariado de professora.

Assim, enquanto o “destino”²⁴ dos filhos homens é o de ir em busca de emprego definitivo em grandes centros, no caso de não ser um “herdeiro de fato” das terras, ou de um emprego temporário, no caso de ser um “herdeiro de fato”, o “destino” das filhas de migrantes, em maior porcentagem ainda que o das filhas de não-migrantes, é o de se manterem mais próximas à família, empregando-se como domésticas na cidade, ou, em um número menor de casos, como professora e serviçal em escolas da zona rural, nas redondezas de sua comunidade de origem, ajudando aos “pais”²⁵ no sustento da casa até o casamento. Tal proximidade e regularidade junto à família contribui para manter os laços de obediência da filha ao pai. A manutenção deste vínculo de proximidade com a casa dos pais e o fato de ser solteira fazem com que ela ainda seja considerada como fazendo parte da casa e estando sob a autoridade do pai, o que torna legítima a sua “ajuda”, mesmo que esporádica para alguma “coisinha” da casa. Já os filhos, tanto de migrantes como de não-migrantes que permanecem

²³ A expressão “de fato” está sendo usada em contraposição à “de direito”, querendo sugerir que, embora uma situação devesse seguir o que determina a lei, ela segue, realmente, os costumes.

²⁴ Utilizamos a palavra destino aqui, no sentido de ela significar uma estratégia já estruturada de reprodução social das famílias norte-mineiras. Esta forma de organização social torna previsível a trajetória dos filhos.

nas terras dos pais, são aqueles cujo nível de escolaridade se concentra no primeiro grau, pois, para eles, a terra não exige “o estudo da escola”.

Ao compararmos a trajetória de migrantes e não-migrantes, bem como a de filhos e filhas de ambos, nos deparamos com o fenômeno da contraposição entre a realidade socialmente vivida “de fato” versus aquela que se apresenta “formalmente” como sendo “de direito”. Embora a herança da terra seja por direito assegurada a todos os filhos, a preservação da unidade produtiva leva a família a eleger aqueles que serão os excluídos “de fato”. Mas esta lógica do “de fato” versus o “de direito” ainda é mais perversa com a mulher. A começar pela própria questão da herança que, quando se efetiva para ela, concretiza-se através de critérios distributivos que lhe destinam terras menores e piores. Porém, a herança não se constitui, de maneira isolada, na única forma de desigualdade de tratamento entre homem e mulher presente na organização social das famílias desta região do norte de Minas. Os costumes e tradições locais que perpassam todas as práticas das pessoas estão permeados por relações assimétricas entre os gêneros. Este fato se torna ainda mais ideologicamente realçado nesta região, por se tratar de uma localidade marcada pelo fenômeno das “viúvas da seca”, onde as mulheres estão “de fato”, mas não “de direito”. Esta forma de percepção pode ser observada tanto se considerarmos a ação dos costumes, como da lei, bem como do tratamento que recebem das instituições do governo, do sindicato de trabalhadores rurais, da Igreja e mesmo de ONGs. As viúvas da seca, bem como as mulheres de não-migrantes, que exercem um papel fundamental na economia da família e da região, principalmente após a crise do algodão, quando a produção das suas miudezas torna-se a garantia da feira da semana e o seu trabalho na horta e no quintal, a garantia de uma mesa mais diversificada, permanecem como não sendo consideradas como “chefes de família²⁶”, tal como os homens o são por todas estas instituições. Esta representação de gênero que marca a concepção de chefe de família como um atributo característico do homem traz conseqüências que devem ser observadas com cautela por estes organismos. Arlene Khoury chamou a atenção para este fato, ao afirmar que,

²⁵ A ajuda da filha, na verdade, não é dada aos pais de uma forma indistinta, mas à mãe. Este procedimento mantém a imagem do pai como o provedor da família.

²⁶ Quanto a esta designação de “chefe de família”, Arlene Khoury historiciza este conceito, ressaltando o questionamento deste termo no Norte e no Sul pelas feministas. Faz referência a como a expressão “monoparentalidade”, “biparentalidade” e “plurifocal” tiveram por intenção substituir “chefe de família”, mas que, no Sul, tendeu-se a considerar que esta designação, mesmo estando associada a uma conotação patriarcal, pode dar maior visibilidade à condição da mulher como chefe de família. Contudo, permanece o ocultamento das mulheres chefe de família “de fato”, quando na casa há um homem. Este é um problema presente, inclusive, dentro das Nações Unidas, que utilizam um critério subjetivo de identificação do chefe de família, considerando como tal aquela pessoa que se reconhece como o sendo, ou que outros membros da família o reconheçam. Mas na prática, esta é uma definição assimétrica, pois quando só se não há um homem adulto ela é considerada chefe. Já para o homem o ser, não é necessário que não haja uma mulher adulta na casa.

A designação “chefe de família” qualifica aquele que se pressupõe que seja o principal sustentador da família, o mais apto a distribuir equitativamente os recursos que a “família” recebe por parte de órgãos do Estado, bem como de Organizações Não Governamentais. É para ele, então, que são orientados diversos bens e serviços: terra, ração alimentar, assistência técnica, crédito, que devem beneficiar a todos do grupo doméstico. O fato de a mulher ser socialmente destituída desta insígnia de chefe de família demonstra que, nas famílias em que a chefia é dela, isto representa uma ameaça potencial à ordem social, fundada sobre a submissão da mulher, no controle da sua força de trabalho, da sua sexualidade e de sua descendência. Elas devem, então, o máximo possível, ficar em sua situação de fato, ainda que já reconhecida juridicamente e politicamente. (Khoury, p. 11, 1998)

É verdade que se poderia contra-argumentar, ainda que não refutando estes argumentos relativos às desigualdades sexuais culturalmente vigentes na lógica destes pequenos agricultores, bem como das instituições que os assistem, que o fato de serem desiguais os mecanismos que tornam mais possível ao filho do que à filha a fixação à terra, isto poderia acabar sendo favorável a ela. O fato de haver uma maior probabilidade de ela ter como destino a vida na cidade, onde poderia alcançar condições de vida mais próximas ao padrão burguês, superando as “condições de pobreza” em que vivia no meio rural, poderia ser considerado como um “progresso”, até nas justificativas geradas pelos próprios agricultores, que dirá pela ótica daqueles engendrados pela racionalidade capitalista. Por outro lado, ainda que se considere esse um argumento plausível, deixaria de se estar levando em conta que, dentro destas estratégias de reprodução social traçadas pela família, manter-se em sua localidade de origem é um fator a menos de stress e de incerteza para o filho que fica. Os que saem vivenciam uma situação de mudança dos costumes e tradições locais, bem como uma nova forma de disciplina e relações de trabalho que lhes são estranhas e coercitivas. A estes impactos estão mais sujeitas as mulheres, principalmente, as filhas de viúvas da seca. Os filhos destas, também, vivenciam esta experiência como um “destino”, mas o fato de nascerem homens já lhes dá maiores condições de fixação à terra e à sua região do que às mulheres.

5. Considerações Finais

Ao longo deste artigo procuramos assinalar os padrões de interação e de poder na economia de famílias de agricultores familiares em uma região marcada pela seca e por estratégias reprodutivas marcada pela combinação da migração sazonal de homens e rapazes, com o trabalho da mulher na agricultura. Destacamos ao longo do relato desta pesquisa, a

forma como se constrói uma economia moral de caráter comunitário, marcada pela importância da tecitura dos laços de coesão social, tecidos, seja nos momentos ritualísticos, como as festas das águas e da seca, seja nos momentos dos rituais ordinários e cotidianos, que estruturam as concepções antagônicas de “Trabalho” e “Servicinho” como categorias identitárias das ocupações exercidas pelas mulheres, com e na ausência dos homens.

Procuramos ao logo deste artigo evidenciar como os padrões de interação na família e na comunidade envolvem relações de poder e de complementaridade hierarquizada voltada para o enfrentamento da reprodução social da família e da comunidade nos períodos da seca e das águas, quando diferentes estratégias se configuram para a reprodução social de famílias de migrantes e não migrantes. Destacamos, ainda, como estes padrões de interação familiar e comunitário são dinâmicos, construindo diferentes estratégias reprodutivas, dentro de uma economia moral que se atualiza face aos diferentes cenários econômicos, como antes e depois da crise do algodão, bem como face as diferentes estruturas econômicas existentes entre produtores e trabalhadores rurais com diferentes condições socioprodutivas.

Uma consideração importante que se pode tirar desta pesquisa, como subsídio para as políticas públicas de desenvolvimento rural, diz respeito às conseqüências da divisão sexual do trabalho na família. O fato de homens e mulheres terem atribuições diferenciadas na reprodução social da unidade familiar produtiva, tendo a mulher a obrigação de exercer seu “servicinho” na propriedade e o homem de migrar em busca de trabalho remunerado restringe a liberdade substantiva de autonomia face as condições para satisfazer as suas necessidades e da sua família, mantendo-a dependente do homem. Neste sentido, políticas de distribuição de renda que poderiam remunerá-la, valorizando o seu trabalho dentro de uma perspectiva multifuncional, seja como guardiã da diversidade genética, seja como produtora rural, que contribui de forma vital para a reprodução social dinâmica de um modo de vida e de um espaço.

O que se pode perceber em meio a esse contexto de valorização das tradições passadas, face ao qual é delegado à mulher rural, preferencialmente, o espaço doméstico, reduto dos valores herdados das gerações passadas e cujo patrimônio cultural deve ser preservado, é a construção de um movimento histórico contraditório: ao mesmo tempo em que esta valorização de um modo de vida arraigado às práticas herdadas dos antepassados propicia à mulher rural a constituição de uma identidade política e a ocupação de um espaço social, isto ocorre em nome da preservação do lugar que ela ocupa dentro de uma ordem social tradicional, onde sua importância está circunscrita à esfera doméstica, não recebendo a mulher retorno econômico por este trabalho.

Ao se analisar o lugar destinado às mulheres rurais neste contexto social de reinvenção do campo, como espaço resguardado dos impactos socioambientais trazidos pela modernização, percebemos que as questões relativas aos problemas especificamente enfrentados por elas na condição de agricultoras e chefes de família não são reconhecidos pelas públicas.

6. Referências Bibliográficas:

BELSHALW, C. S. *Troca Tradicional e Mercado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BIDASEKA, K. Desplazamientos en dos comunidades rurales del agro tucumano. Migrações temporarias de mujeres rurales y familias migrantes: ¿ cambio o reproducción en las relaciones de género? In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. Rio de Janeiro, 2000.

BARROS, M. L. Testemunhas de vida. *Perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro, 1981.

BOURDIEU, P. A casa ou o mundo às avessas. In: CORRÊA, M. (org.). *Três ensaios sobre a Argélia e um comentário*. São Paulo: Textos Didáticos. 1995. n. 16. pp 85-107.

CONTRERAS, J. Los grupos domésticos: estratégias de produção y reprodução. In: PRAT, I.; MARTINEZ, U.; CONTRERAS, J.; et. al. *Antropología de los pueblos de Españã*. Madri: Taurus Universitaria. 1991.

FIRTH, R. *We the Tikopia: a sociological study of kinship in Primitive Polynesia*. London: Allen & Unwin Ltd., 1936.

KHOURY, A. *Document de synthese*. Paris: École des Hautes Études, 1998.

LANNA, M. A noção de casa: considerações a partir de R. Firth e dos Tikopia. Caxambu: ANPOCS, 1998, GT0512.

MENEZES, M. A. Interações sociais em alojamentos de trabalhadores migrantes. O caso dos ‘corumbas’ na plantation canavieira de Pernambuco. Caxambu, *XXII Encontro Anual da ANPOCS, GT Processos e movimentos sociais no campo*. 1998. pp 1-18

ROCHA, E. *Magia e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb. Coleção Estudos Rurais, 1995.

WOORTMANN, E F.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.